



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DOUTOR  
SÉRGIO JACINTHO LEONOR  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**RAFAEL RODRIGUES BARBOSA**

**A ATUAÇÃO DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS  
RELAÇÕES DE GÊNERO**

**ARRAIAS-TO  
2021**

**RAFAEL RODRIGUES BARBOSA**

**A ATUAÇÃO DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS  
RELAÇÕES DE GÊNERO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Arraias, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagogo e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Esp. Hugo Junio Ferreira de Sousa

**ARRAIAS-TO  
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

B238a Barbosa, Rafael Rodrigues .

A atuação de professores homens na educação infantil e as relações de gênero . / Rafael Rodrigues Barbosa . – Arraias, TO, 2021.

50 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2021.

Orientador: Prof. Esp. Hugo Junio Ferreira de Sousa

1. Educação infantil. 2. Atuação masculina. 3. Relação de gênero. 4. Preconceito. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAFAEL RODRIGUES BARBOSA

A ATUAÇÃO DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS  
RELAÇÕES DE GÊNERO

Monografia foi avaliada e apresentada à  
UFT – Universidade Federal do  
Tocantins – Campus Universitário de  
Arraias, Curso de Pedagogia, para  
obtenção do título de Pedagogo e  
aprovada em sua forma final pelo  
Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Esp. Hugo Junio  
Ferreira de Sousa

Data de aprovação: 27/03/2021.

Banca Examinadora



---

Prof. Esp. Hugo Junio Ferreira de Sousa, UFT.  
Orientador



---

Profa. Dra. Giane Maria da Silva, UFT.  
Avaliadora 1



---

Profa. Dra. Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira, UFT.  
Avaliadora 2

## AGRADECIMENTOS

Diversos foram os desafios enfrentados para que conseguisse chegar aqui, desafios estes, que foram superados com apoio de muitas pessoas, dentre família, colegas, professores, e em especial, amigos.

Primeiramente, agradeço a minha família por me apoiar e incentivar no decorrer de minha graduação.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para com meu processo formativo, tanto professores da Universidade quanto das escolas municipais pelas quais passei, em especial, ao professor, amigo e orientador Hugo Junio, pela colaboração, atenção, contribuições, dicas, sugestões, conselhos e orientações importantes e valiosas.

Agradeço aos meus colegas e amigos, Mayelle, Daniel, Isana, Yanael, Bibiana, Letícia, Wellington, e todos os outros que trilharam este caminho de construção de ideias e conhecimentos comigo, especialmente, minhas amigas Thalita Alencar e Raissa Loyane, as quais, dividiram minhas dúvidas, medos, angústias e incertezas, sou muito grato por tê-las em minha vida.

Assim, agradeço imensamente a todos que fizeram, fazem e farão parte da minha vida, falta palavras para expressar o apreço que tenho por todas e todos, muito obrigado e minha sincera admiração.

*Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir.*

*(Emicida, 2019)*

## RESUMO

Diversos são os preconceitos e estereótipos produzidos e reproduzidos diariamente pela sociedade, e grande parte destes estereótipos são legitimados e reproduzidos nas escolas. Este estudo parte de reflexões acerca da atuação masculina na educação infantil, pautado e relacionado com as questões de gênero, tendo por problemática, identificar quais os possíveis motivos para o quantitativo menor de professores homens atuando na educação infantil? Tem por objetivo central discutir sobre o perfil que foi estabelecido para atuação na educação infantil, refletindo sobre os preconceitos, os paradigmas e estereótipos que cercam esta profissão e seus profissionais. Buscando compreender e discutir as noções hegemônicas adotadas na educação infantil, dialoga-se com ideias e estudos de autores como Kramer (1987), Freire (1993), Sayão (2005), Ramos (2011), Louro (2012) e outros. A pesquisa é de abordagem qualitativa, a qual, possibilita a análise das subjetividades dos envolvidos, assim, optou-se pela aplicação de questionário semiestruturado como instrumento de pesquisa. Os questionários foram direcionados a alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Arraias, para profissionais da educação infantil da rede municipal de ensino de Arraias e também para pais e/ou responsáveis de alunos da educação infantil da mesma instituição. Após a exposição e discussão dos resultados, destacam-se algumas considerações referentes a esta pesquisa, as quais, apontam a necessidade de alteração nos padrões estabelecidos pela sociedade que perpassaram toda a história, propiciando assim, uma libertação dos estereótipos e paradigmas que condicionam e privam mulheres e homens de exercerem cargos por causa do seu gênero e/ou sexualidade.

**Palavras chaves:** educação infantil; atuação masculina; relação de gênero; preconceito.

## ABSTRACT

Diverse prejudices and stereotypes are produced and reproduced daily by society, and most of these stereotypes are legitimized and reproduced in schools. This study is based on reflections on male activities in early childhood education, based on and related to gender issues, having as a problem, identify what are the possible reasons for the smaller number of male teachers working in early childhood education? Its main objective is to discuss the profile that was established to work in early childhood education, reflecting on the prejudices, paradigms and stereotypes that surround this profession and its professionals. Seeking to understand and discuss the hegemonic notions adopted in early childhood education, it dialogues with ideas and studies by authors such as Kramer (1987), Freire (1993), Sayão (2005), Ramos (2011), Louro (2012) and others. The research is qualitative, which makes it possible to analyze the subjectivities of those involved, thus, it was decided to apply a semi-structured questionnaire as a research instrument. The questionnaires were directed to students in the Pedagogy course at the Federal University of Tocantins (UFT), Campus Arraias, to professionals in early childhood education in the municipal education network in Arraias and also to parents and / or guardians of students in early childhood education in same institution. After the presentation and discussion of the results, some considerations related to this research are highlighted, in which, they point to the need to change the standards established by society that have permeated the entire history, thus providing a liberation from the stereotypes and paradigms that condition and deprive women and men to hold office because of their gender and/or sexuality.

**Keywords:** childhood education; male performance; gender relation; preconception.



## **LISTA DE ILUSTRAÇÃO**

Figura 1 – Mapa municipal .....	18
---------------------------------	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CFE – Conselho Federal de Educação

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IES – Instituição de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

UFT – Universidade Federal do Tocantins

USAID – Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Sobre a instituição pública de ensino infantil em Arraias-TO</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>A escola e a formação do profissional da educação infantil</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>20</b>
<b>3.1</b>	<b>Ingresso e permanência</b>	<b>21</b>
<b>3.2</b>	<b>Conquistas e preconceitos</b>	<b>23</b>
<b>3.3</b>	<b>Tentativas de segregação: relação de gênero</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>28</b>
<b>4.1</b>	<b>Abordagem metodológica</b>	<b>28</b>
<b>4.2</b>	<b>Natureza da pesquisa</b>	<b>29</b>
<b>4.3</b>	<b>Objetivos da pesquisa</b>	<b>29</b>
<b>4.4</b>	<b>Procedimentos e técnicas</b>	<b>30</b>
<b>4.5</b>	<b>Participantes da pesquisa</b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>32</b>
<b>5.1</b>	<b>Questionário aplicado aos acadêmicos</b>	<b>32</b>
<b>5.2</b>	<b>Questionário aplicado aos professores</b>	<b>34</b>
<b>5.3</b>	<b>Questionário aplicado aos pais e/ou responsáveis</b>	<b>36</b>
<b>6</b>	<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>41</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>45</b>
	<b>ANEXO</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem como foco discutir sobre a atuação de professores homens na educação infantil e as relações de gênero. Estudos apontam que a educação infantil por muito tempo foi vista como local de atuação feminina, pois, sempre esteve associada ao cuidado familiar e maternal. Entretanto, percebe-se que a procura por homens para lecionar na educação infantil tem aumentado nos últimos tempos, o ingresso destes profissionais gerou alterações na maneira que esta educação era vista, despertando questões relacionadas à sexualidade e gênero no campo educacional.

A pesquisa tem por objetivo central discutir sobre o perfil que foi estabelecido para atuação na educação infantil, refletindo sobre os preconceitos, paradigmas e estereótipos que cercam esta profissão e seus profissionais. Visando o alcance ao objetivo central desta pesquisa, emerge também neste trabalho as questões relacionadas às relações de gênero que cercam os ambientes de ensino, que transformam o espaço da educação infantil em um ambiente feminino.

Assim, esta pesquisa indagou em sua problemática, identificar quais os possíveis motivos para o quantitativo menor de professores homens atuando na educação infantil, levando em consideração a perspectiva de gênero e a maneira com que os profissionais do sexo masculino interagem e se relacionam em sua atuação na educação infantil.

Justifica-se esta pesquisa pelas inquietações situadas no campo educacional, principalmente na educação infantil, que dialogam e se relacionam com questões voltadas ao campo do gênero e/ou sexualidade. Assim, a relevância desta pesquisa é compreender por que mesmo com o aumento no número de homens nos cursos de licenciatura, ainda existem tão poucos atuando em salas de aula, em específico na Educação Infantil.

Dessa maneira, este trabalho apresenta inicialmente uma breve contextualização acerca da educação brasileira, partindo para a educação infantil e, posteriormente, as questões de gênero, voltadas aos professores homens na educação infantil, quanto ao ingresso e permanência, conquistas e preconceitos e sobre as tentativas de segregação.

Desde seu surgimento, a função e organização das creches e pré-escolas tiveram caráter assistencialista e, como aponta Kramer (1987), sem possuir base pedagógica voltada às crianças atendidas. Assim, antes de adentrarmos sobre o professor homem na

educação infantil, buscou-se desenvolver um estudo que envolvesse a história desta fase de ensino, desde seu surgimento até sua consolidação como política pública.

Quanto à metodologia, segue o modelo da pesquisa qualitativa, uma vez que, este modelo “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GOLDENBERG, 1997, p. 34), possibilitando assim, a análise das subjetividades/singularidades dos envolvidos. Assim, optou-se pela aplicação de questionário semiestruturado como instrumento de pesquisa.

Os questionários foram direcionados a alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Arraias, para profissionais da educação infantil da rede municipal de ensino de Arraias e também para pais e/ou responsáveis de alunos da educação infantil da mesma instituição. Vale destacar que, todos os questionários foram aplicados via e-mail, isto, em decorrência da atual crise sanitária mundial, decorrente da pandemia ocasionada pela Covid-19 (Sars-Cov2, Coronavírus).

Após a exposição e discussão dos resultados, destacam-se algumas considerações referentes a esta pesquisa, as quais apontam a necessidade de alteração nos padrões estabelecidos pela sociedade que perpassaram toda a história, propiciando assim uma libertação dos estereótipos e paradigmas que condicionam e privam mulheres e homens de exercerem cargos por causa do seu gênero e/ou sexualidade.

## **2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

Para melhor compreensão sobre a educação infantil no Brasil, faz-se pertinente, alguns recortes teóricos sobre a história da educação brasileira. A história da educação no Brasil pode ter seu marco inicial durante o período colonial, em 1549, com a chegada dos padres jesuítas, por meio da Companhia de Jesus, até então, colônia portuguesa, pois, como salienta Mattos (1958), foram os jesuítas que criaram a primeira instituição de ensino brasileira.

Dessa maneira, segundo Saviani (2005), este primeiro período educacional brasileiro, dominado pelos jesuítas durou 210 anos (1549-1759) e, neste período, a educação era direcionada somente aos homens, as mulheres não tinham direito nem mesmo acesso aos colégios. O segundo período ocorre com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal D. José I (1759-1827), ocasionando a reforma pombalina, que resultou na criação das ‘aulas régias’.

As tentativas de organizar um sistema educacional que fosse responsabilidade do poder público configuram-se como o terceiro período da educação brasileira (1827-1890), momento este que é representado pelas tentativas do governo imperial e suas províncias. Entre 1890 e 1931 temos o quarto período da educação, o qual é marcado pelas ideias do iluminismo republicano, que resultou na criação das escolas primárias. As regulamentações nacionais das instituições primárias, secundárias e superior configuram o quinto período, (1931-1961). E por último, temos o sexto período, que vem desde 1961 e se estende aos dias atuais, esse resultou na unificação da educação nacional. (SAVIANI, 2005).

Assim, é de conhecimento popular que a educação é um campo cercado por preconceitos, desde seu início, constitui-se como algo restrito a determinados grupos, ora estavam excluídas as mulheres, ora os escravos, ora os negros, ora as crianças abandonadas, entre outros. Assim sendo, a existência de preconceitos no campo educacional é apresentada de maneira velada, e então surge a necessidade de superar e extinguir esse preconceito velado nos espaços da educação.

Partindo desse princípio sobre o processo da educação brasileira, passamos a contextualizar o processo histórico, social e cultural da educação infantil no Brasil, a fim de possibilitar uma compreensão acerca do modelo que se consolidou nos dias atuais.

Autores como Mattos (1958), Kramer (1987), Kuhlmann (1999), apontam que foi durante a Revolução Industrial que surgiu a ideia de criar instituição de assistência e cuidado as crianças, devido à necessidade da mão de obra feminina nas indústrias, isso porque com o trabalho nas indústrias, as mães precisavam de um ambiente onde seus filhos pudessem ficar. Como o principal objetivo era acolher essas crianças para que as mães trabalhassem, os locais eram improvisados e de condições precárias, sem nenhum fundamento teórico-pedagógico, com caráter apenas assistencialista, assim, a preocupação era com a higiene e alimentação.

Por atender crianças com faixa etária entre 0 e 6 anos, adotou-se a figura feminina como responsável para estes cuidados, devido às questões sociais e culturais presentes na época, uma vez que, acreditava-se que apenas as mulheres eram capazes de exercer os cuidados necessários, pois, as mulheres possuíam um dom para os cuidados, a essência materna, enquanto os homens realizavam outras funções, condizentes “a seu gênero”, como trabalho braçal em obras e indústrias.

Sabe-se que, os primeiros ambientes de atendimento às crianças foram marcados pelo assistencialismo e por interesses empresariais, uma vez que, percebeu-se que as mães produziam mais com seus filhos amparados pelas instituições, e isso é exposto por Oliveira:

O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, p. 18)

É importante mencionar que, devido à falta de participação e envolvimento do estado nesse primeiro momento, estas instituições ficaram por responsabilidade de iniciativas empresariais, jurídicas, religiosas e outras. Essa falta de assistência do estado pode ter resultado em abandono de bebês/crianças. Assim, segundo Del Priori (1991), uma das instituições de atendimento infantil que mais durou nesse período foi a Roda dos Expostos ou Roda dos Excluídos (1738-1950), que consistia em uma formação cilíndrica dividida ao meio, a qual era fixada às paredes de casas de misericórdias e/ou instituições semelhantes, que acolhiam os bebês/crianças abandonadas. Esta foi, por mais de um século, a única instituição que assistia crianças abandonadas no país.

A educação infantil a princípio era voltada às famílias pobres e, por serem apenas assistencialistas não ofertavam e nem possuíam atividades didáticas e

pedagógicas às crianças atendidas. Com as mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil no período seguinte, ocasionou a alteração nestas instituições, apontando a necessidade de atendimento especializado a crianças.

A creche foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das casas dos expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. (KUHLMANN, 1999, p. 82)

Assim, a educação infantil passou por muitas alterações ao longo de sua história até se tornar reconhecida como é atualmente.

A educação Infantil, tal como a conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica entre os aparelhos administrativos, médico, jurídico e educacional – incluídas aqui família e escola – devidamente assessorados por um saber científico. Ainda que tal aliança não exista a partir de uma intencionalidade prévia, ela tem por finalidade o governo da infância, a fabricação do sujeito infantil. (BUJES, 2002, p. 42)

Foi a partir da década de 1970 que ocorreram as mudanças mais significativas para a constituição da educação infantil brasileira. Com a expansão do mercado de trabalho, surgiram também as reivindicações de melhoria nos locais em que as crianças eram atendidas. Essas reivindicações ganharam mais força e apoio com o surgimento dos movimentos feministas a partir de 1975.

Com o passar dos tempos, ocorreram diversas alterações no conceito de infância, e isso influenciou na educação, assim, o modelo de ensino utilizado desde o surgimento não era mais adequado e, deveria ser repensado. Com isso, viu-se a necessidade de se promover uma educação voltada para a formação da criança, deixando de ser meramente assistencialista.

É importante destacar que, ao tratar dos direitos dos brasileiros, a garantia que se possui é a Constituição Federal de 1988. Ao se referir à educação, fica claro que a mesma se trata de um dever que cabe ao Estado, e o documento assegura também o direito a educação infantil, ao descrever em seu Artigo 208 que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. ” (BRASIL, 1988, p. 123). Assim, institui o dever do Estado em relação à educação de crianças de 0 a 5 anos.

Nessa perspectiva, na década de 1990, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n. 8.069 de 13 de junho de 1990), que contribuiu com a



implementação de políticas públicas para a educação infantil, abrangendo os direitos das crianças e de adolescentes.

No intuito de ampliar a oferta de ensino, promulgou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 1996 (LDB 9.394/96), que instituiu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Esta lei aborda aspectos importantes relacionados à educação infantil, tais como nos artigos 4º, 29 e 30:

Assim, apresenta no artigo 4º o dever do Estado com educação escolar pública, o qual, será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

Coerente ao artigo 4º, os artigos 29 e 30 apresentam que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996). (BRASIL, 1996)

Assim, a LDB propõe uma reorganização da educação, reconhecendo a importância de profissionais preparados a trabalharem com o desenvolvimento e educação das crianças.

De acordo a LDB, estabeleceu-se, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), o qual buscou nortear o trabalho com as crianças de 0 a 6 anos. E em 2009, instituíram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), outro documento específico para construir uma educação infantil de qualidade.

Atualmente, a mudança mais recente, refere-se à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ocorrida em 2017, a qual aponta um conjunto de

aprendizagens e competências que os alunos precisam desenvolver ao longo das etapas de ensino. O documento servirá de referência para todas as instituições de ensino da educação básica no Brasil. Ao que tange a educação infantil, o documento em questão apresenta competências que devem ser atribuídas às crianças de creches e pré-escolas de todo o país.

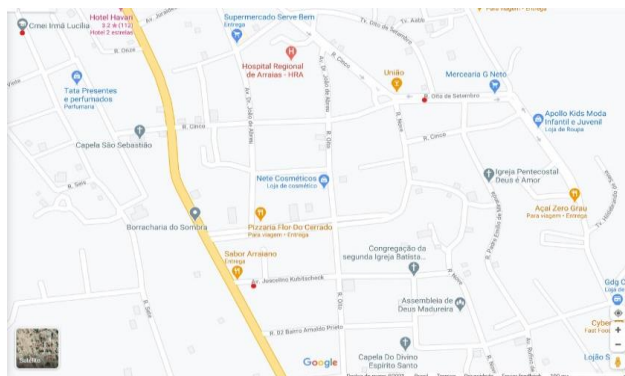
O documento da BNCC (2017) propõe à educação infantil, seis direitos fundamentais para as crianças, são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Estes direitos de aprendizagem e desenvolvimento, visam garantir a todas as crianças oportunidade de aprender e desenvolver-se.

A BNCC (2017) promove uma alteração no conceito e no currículo da educação infantil, a qual aponta que a criança não é ou deve ser vista como receptora de mensagens, mas sim, como um indivíduo social.

## 2.1 Sobre a instituição pública de ensino infantil em Arraias – TO

O Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Lucília (CMEI Irmã Lucília), atualmente, se localiza na Rua 20, Quadra 23, Lote 14, Setor Parque das Colinas, no município de Arraias/TO.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2020), a instituição foi fundada em 1982 e atendia pelo nome de Creche Mestre Adelina. Situava-se no endereço Rua 08 de setembro, em Arraias/TO, em um espaço cedido pela Igreja Nossa Senhora dos Remédios, local em que permaneceu até meados de 1990, quando construiu-se o prédio para ser sede da instituição em 01 de agosto de 1990, na Avenida JK, Bairro Arnaldo Prieto, em Arraias/TO. Posteriormente, foi renomeada para Creche Municipal Irmã Lucília, uma homenagem feita a uma freira professora do antigo Instituto Nossa Senhora de Lourdes, conforme mapa a seguir:



Fonte: google maps, abril de 2021.

Em 2007, conforme a lei n. 764, de 11 de dezembro de 2007, a instituição foi renomeada para Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Lucília, atendendo crianças com faixa etária de dois a cinco anos, em período parcial - matutino ou vespertino e, também em tempo integral.

Devido à grande demanda de crianças atendidas, no período de 2009 a 2012 foi construído o novo prédio da instituição, onde encontra-se atualmente, com amplo espaço e com adaptações e características físicas que se adequam às necessidades do público atendido.

A instituição é mantida pela Prefeitura Municipal de Arraias e o nível de ensino ofertado pelo CMEI Irmã Lucília é a Educação Infantil, atendendo uma comunidade visivelmente heterogênea. Conta com um grupo de profissionais capacitados que, como versa o Projeto Político Pedagógico (2020), tem por função ofertar uma educação de qualidade em um espaço social ao qual a criança está inserida, fundada nos princípios da Educação Infantil, como cuidar, educar, brincar e incluir.

Durante a realização desta pesquisa não foi apresentado pela instituição pesquisada registro de nenhum professor homem que, tenha lecionado em uma turma durante um período letivo, entretanto, como foi relato por 2 colaboradores, existiu apenas um que tenha atuado na instituição, no ano de 2019, evidenciando assim, a desigualdade e o preconceito existente para com a atuação masculina na docência infantil, e reforçando a importância e necessidade em se discutir esta temática.

## **2.2 A escola e a formação do profissional da educação infantil**

A escola tem responsabilidade com a educação de alunos, no entanto, a escola não se resume a isto, ela também é responsável pela socialização das crianças/alunos, atribuindo aspectos básicos de convivência social, contribuindo com a construção de conhecimentos, entre outros aspectos.

Nesse sentido, a escola ensina os alunos a buscarem conhecimento. Para Durkheim (1890), a educação é um fato social e tem o objetivo de despertar e cultivar nos indivíduos valores requeridos pela sociedade em geral, e isso é percebido ao analisar o comportamento dos mesmos.

Historicamente, a educação infantil se configurou como um espaço a ser dominado apenas pelo gênero feminino, isso devido às questões culturais da época de seu surgimento, como ressalta Micarello (2011):

A ênfase no papel da família – em especial no papel da mãe, por seus dotes femininos que a habilitariam, naturalmente, às tarefas de cuidado – para uma educação da criança pequena que fosse capaz de cultivar aquilo que o ser humano teria de melhor, com vistas a formar o indivíduo capaz de se adaptar de modo produtivo e construtivo à sociedade e de exercer o papel de trabalhar para que essa sociedade funcionasse de forma harmônica. (MICARELLO, 2011, p. 215)

Além da sociedade inferir os cuidados das crianças à figura feminina pelo “dom maternal”, contribuindo para o fortalecimento da mulher na educação infantil, assim “[...]as mulheres encontraram no magistério uma alternativa possível para o ingresso no espaço público e a conquista de alguma independência.” (MICARELLO, 2011, p. 215)

Atualmente, mesmo com aumento significativo do número de homens inscritos nos cursos de formação de docentes, a educação infantil continua sendo uma área composta majoritariamente por mulheres, o que resulta em desigualdades, preconceitos e desinformações, uma vez que ainda há quem acredite que a educação infantil está associada à mulher, pois ela possui capacidades inatas ao cuidado materno. A saber, os documentos que fazem referência à educação não apontam, em momento algum, questões relacionadas a gênero e/ou sexualidade destes profissionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394 de 1996, aponta como exigência única que o profissional que exerça a função de professor da educação básica possua formação superior, seja em universidade ou instituição equivalente. “Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior” (LDB 9.394/96) (BRASIL, 1996).

As instituições de ensino voltadas para a Educação Infantil caracterizam-se como espaço de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, dessa maneira entende-se que os profissionais tenham a formação requerida, independente de gênero e/ou sexualidade.

O próprio sistema acaba limitando homens e mulheres ao definir carreiras pelo gênero, expondo determinadas profissões como estritamente masculina, assim, alimenta o equívoco de que há profissões “mais femininas”. No que diz respeito o professor homem na educação infantil, “a presença masculina em instituições de educação para crianças também visa enriquecer as experiências e o repertório infantil em relação ao

mundo social, contribuindo para modificar os padrões estereotipados de gênero.” (AQUINO, 2010, p. 1). Portanto, não basta ser do gênero feminino ou, simplesmente gostar de criança, é preciso ter habilitação para atuar nesta área, e isso é independente da questão de gênero.

### 3 PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A presença masculina na educação infantil é estranhada, muitas vezes pela própria comunidade escolar, devido ao fato de, ainda existir associação da educação ao cuidado, conceito este, que está arraigado social e culturalmente à figura feminina. E, apesar do número de homens que optam por esta profissão ter aumentado, a presença masculina neste ambiente ainda é muito pequena se comparada à feminina, pois, como versa Sayão (2005) “São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina, porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninas e meninos” (SAYÃO, 2005, p. 16). Assim, a sociedade atribui à mulher e, somente a mulher, a responsabilidade pelos cuidados das crianças.

O Brasil é culturalmente machista e patriarcal, o qual é marcado pelo pensamento e visão de obediência e submissão feminina, assim, ao homem cabia o dever de prover o lar, possuir maior ganho financeiro, em decorrência disto, há muitos estigmas e preconceitos ao se tratar da presença masculina na educação infantil, no qual, pensamentos e argumentos retrógrados, de alguma maneira, resistiram ao tempo e acompanham a evolução da profissão, como argumenta Romanelli (2012):

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. (ROMANELLI, 2012, p. 35-36).

Nesse sentido, as ideias e pensamentos do patriarcado atingem a educação. De acordo ao sistema patriarcal, o homem deve ser o provedor do lar e, possuir o maior ganho financeiro, assim, a educação infantil é vista como algo pouco rentável, e não pode ser exercida pelo homem. Cabe ressaltar que, “o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 1987, p. 60), o qual, emprega que os homens detêm o poder, ou seja, o sistema pré-determina que o poder e a autoridade é do homem, como argumenta Bonnici (2007):

o patriarcalismo é definido como controle e repressão da mulher pela sociedade masculina e parece constituir a forma histórica mais importante da divisão e opressão social. É um vazio conjunto universal de instituições que legitimam e perpetuam o poder e a agressão masculina”. (BONNICI, 2007, p. 198)

Na sociedade atual, as profissões ainda se encontram sendo divididas e consideradas como masculina ou feminina, naturalizando a licenciatura, principalmente à docência infantil, como espaço da mulher. Dessa maneira, a presença masculina nas creches e pré-escolas contribui para a redução ou até mesmo para o fim de estereótipos e paradigmas acerca da educação infantil, pois, como aponta Finco, “não é só porque há mulheres que a profissão é feminina” (FINCO, 2003, p. 56), portanto, ambas as presenças, independente da relação de gênero, são importantes e necessárias para o desenvolvimento das crianças.

A aceitação plena e total do homem como professor na educação infantil ainda é uma realidade ausente no contexto geral, isso porque a sociedade ainda impõe barreiras de exclusão sexista à profissão e, a falta de discussão a respeito da questão contribui para manter e legitimar as desinformações e preconceitos.

Faz-se necessário desmistificar o pensamento de que na educação infantil não há espaço para o homem enquanto docente, pois, independente do gênero ao qual pertença, o importante é que possua habilitação para atuar na área, exercendo assim, um trabalho didático e pedagógico na formação de alunos na educação infantil.

### **3.1 Ingresso e permanência**

A história do curso de Pedagogia no Brasil tem seu início regulamentado em 1939 com o Decreto Lei n. 1.190/1939, o qual havia por finalidade formar técnicos em educação. Desde seu início, o curso tem formado bacharéis e licenciados, com o conhecido esquema 3 + 1 (três mais um), no qual, 3 anos formava-se o bacharel, enquanto para o licenciado era acrescido mais 1 ano de didática.

Nessa formação, o bacharel era apto a ocupar os cargos técnicos, já o licenciado destinava-se a docência, preferencialmente, na educação pública. Porém, com o decorrer dos anos, algumas alterações se fizeram necessárias, no qual o Parecer/CFE 251/62 orientou as alterações no curso, realizando mudanças curriculares para formação destes profissionais, como explica Ribeiro e Miranda (2013):

[...] O currículo para o bacharelado tinha um mínimo fixado em sete matérias, cinco obrigatórias Psicologia da Educação, Sociologia (Geral, da Educação), História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar, e duas opcionais entre: História da Filosofia, Biologia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais

de Educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional. Seria conferido o diploma de licenciado ao aluno que cursasse Didática e Prática de Ensino. (RIBEIRO; MIRANDA; 2013, p.02).

Outra mudança significativa na estrutura do curso de Pedagogia ocorreu após o golpe militar de 1964, quando o MEC firmou convênio com a Agency for International Development (USAID) originando o MEC-USAID, que instituiu a Lei n. 5.540/68, a qual ficou conhecida como Lei da Reforma Universitária. Em decorrência desta reforma, em 1969 aprovou-se o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 252/1969 e a Resolução do CFE nº 2/1969, em que o curso de Pedagogia passou a conferir apenas o grau de licenciatura, ou seja, abolindo o bacharelado, tornando assim, a didática uma disciplina obrigatória do curso.

Assim sendo,

O Parecer do CFE nº 252/69 aboliu, desta forma, a separação entre licenciatura e bacharelado, determinando disciplinas obrigatórias em um núcleo central e introduzindo a formação de especialistas em administração escolar, inspeção escolar, supervisão pedagógica e orientação escolar. Sendo que a Didática, antes uma seção optativa aos discentes, tornou-se obrigatória na forma de disciplina do núcleo comum de Pedagogia. (CRESPI, NÓBILE, 2018, p. 324)

A LDB 9.394/96, em seu Art. 64, define:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996).

Neste embasamento legal, compreende o profissional pedagogo habilitado para além da docência, atuar nas áreas técnicas em educação, como administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, podendo estes ter ou não pós-graduação nas áreas de gestão educacional, ficando a critério de cada instituição de ensino.

Durante esses quase 70 anos de história, o curso de pedagogia, apesar dos problemas e dificuldades, em nenhum momento estabeleceu o padrão/gênero dos discentes. Dessa maneira, o ingresso do homem sempre esteve disponível para o curso, a barreira existente refere-se aos confrontos, julgamentos, preconceitos, etc., que estes



sofrem, pois, sob o viés da sociedade ainda há quem relaciona a profissão/curso pertencente ao gênero feminino.

Quando se refere ao ingresso no mercado de trabalho, a situação também é complexa, pois, os homens enfrentam maiores dificuldades para conseguirem vaga de emprego em instituições de educação infantil, isso pelo fato de a educação infantil ainda ser considerada como espaço feminino. Assim, uma maneira de contribuir para melhorar o processo de entrada destes profissionais no mercado de trabalho, seria a ampliação de concursos públicos, visto que, atualmente, o processo ocorre com mais frequência por meio de contratos, baseados em indicações políticas.

O homem ao ingressar neste campo, é visto como “invasor”, o que fora os desafios relacionados/enfrentados pela educação, o homem é encarado como um “vilão”, representando perigo às crianças e, em decorrência destes preconceitos, há uma influência negativa para com seu trabalho, no qual, se vê “obrigado” a provar diariamente sua “intenção” para com as crianças, pois, como salienta Sayão (2005):

[...] fomentam estratégias envolvendo relações que moldam parte de um pacto que consiste na sua “aceitação” como membros do espaço institucional da creche. Tais estratégias são elaboradas e se desenvolvem pelo enfrentamento das diferenças e concepções de gênero e de Educação Infantil, além de elementos objetivos e subjetivos abrangendo os afetos, as emoções, a sexualidade, a raça/etnia e classe social que compõem a identidade do/a profissional. (SAYÃO, 2005, p. 65).

Assim, além das dificuldades de acesso no mercado de trabalho, estes profissionais enfrentam problemas para a sua permanência na atuação, pois, enfrentam diversos preconceitos, seja por parte dos colegas de trabalho ou pela família das crianças. Estes desafios não são enfrentados pelas professoras, sendo assim, estes mitos e preconceitos influenciam negativamente no ingresso e, principalmente a permanência do homem na educação infantil.

### **3.2 Conquistas e preconceitos**

A presença masculina na docência infantil ainda é mínima, sendo, às vezes, estranhada pela própria comunidade escolar, pois, se tratando de gênero e educação, o que deveria importar é a qualificação do profissional. Em contraponto, os concursos públicos além de contribuírem para o ingresso destes profissionais no mercado de

trabalho, têm contribuído significativamente para uma melhor aceitação destes profissionais, sendo importantes para a equidade de gênero nesta profissão.

Como foi abordado anteriormente, a educação infantil no Brasil é associada a mulher, assim, o ingresso do homem nesse campo, gera estranhamento. A falta de discussões sobre a temática ainda é presente/frequente, o que contribui com a permanência de mitos, estereótipos e preconceitos.

A presença masculina na educação infantil é vista como estranha devido a história cultural da sociedade, porém, paradoxalmente a mesma é entendida como elemento importante para o processo de equidade de gênero e trabalho, uma vez que, como aponta Sayão (2005):

[...] quanto maior o envolvimento de homens na Educação Infantil, aumentaria a opção de carreira para eles contribuindo para que se desfizesse a imagem de que esta etapa da educação básica é um trabalho apenas para as mulheres, alterando, dessa maneira, a imagem da profissão e, quem sabe, melhorando significativamente os salários e o *status* da carreira (SAYÃO, 2005, p. 16, grifo da autora).

Nessa perspectiva, a atuação masculina contribuirá para o processo de normalização de profissões que são definidas pelo gênero/sexualidade. A educação infantil sempre foi vista como área de atuação feminina, como aponta Louro (2012):

Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas são as primeiras e “naturais educadoras”. Portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, uma “extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como filho ou filha “espiritual”. (LOURO, 2012, p. 450).

Sendo assim, o ingresso da figura masculina contribuiu com a alteração desse pensamento. Por meio disto, os homens conquistam mais espaço nesse ambiente majoritariamente feminino.

Apesar das mudanças e conquistas ainda existem muitos preconceitos e mitos ligados à educação infantil, como afirma Arce (2001):

Trabalhando com esta acepção de mito, constatei, mediante estudos, que a constituição histórica da imagem do profissional da educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade, da mulher como a rainha do lar, educadora nata, cujo papel educativo associa-se necessariamente ao ambiente doméstico, sendo assim, particularmente importante nos primeiros anos da infância. O início da educação de todo

indivíduo deveria, assim, ser uma extensão natural da maternidade. Cumpre, entretanto, destacar que este mito da mulher mãe e educadora nata exerce seu maior poder orientador no período relativo aos anos iniciais da vida do indivíduo, não sendo atribuído à mulher a responsabilidade sobre a educação em geral (ARCE, 2001, p. 4).

Desta maneira, a sociedade adotou a figura feminina como responsável pela educação infantil, com isso, esta “representação social”, ou seja, naturalização do processo que foi construído socialmente, contribui com a exclusão de homens da docência infantil.

Há também a resistência por parte das famílias acerca do contato físico do professor com as crianças, existindo um receio dos responsáveis quanto ao abuso e/ou agressão (pedofilia). Como identificou Ramos (2011), o docente homem no exercício da profissão se vê obrigado a provar, pelo menos por um determinado tempo, sua capacidade e/ou intenção para atuar na educação infantil, como explica: “Durante um tempo, esses docentes precisam provar que possuíam as habilidades necessárias para educar essas crianças pequenas e cuidar delas com competência, sem machucá-las ou violentá-las sexualmente” (RAMOS, 2011, p. 107).

E esta suspeita só apresenta ameaça à integridade física da criança para os pais em se tratando dos professores homens, o mesmo não ocorre com as profissionais do sexo feminino, pois estas são vistas como protetoras, como reitera Ramos (2011):

Eles [os pais] explicitam que, nas ações do cuidar, há restrição apenas para os homens, pois as professoras não representam nenhum tipo de ameaça para as crianças na medida em que trazem consigo a vocação para a maternidade e elas são, por natureza, quem protege e cuida dos filhos com desvelo e são incapazes de cometer maldade contra crianças- (RAMOS, 2011, p. 107).

Assim, questões relacionadas a gênero e sexualidade configuram-se como um dos fatores que mais impedem o ingresso de homens na docência infantil, existindo uma dicotomia entre profissional homem e profissional mulher, causando uma segregação.

### **3.3 Tentativas de segregação: relação de gênero**

A educação infantil, desde sua origem, está atrelada à figura feminina, nesse sentido, esta questão é indissociável das relações de gênero. Acerca do conceito de gênero, sabe-se que, o mesmo refere-se à construção social, assim como aponta Butler (2003, p. 25), “gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de

significado num sexo previamente dado [...], tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”. Nesse sentido, Butler aponta que a ideia de gênero está ligada à cultura, no qual, define gênero como “[...] a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2003, p. 59)

De acordo com Simone de Beauvoir (1980), esta desigualdade de gênero se construiu ideológica e historicamente. A educação infantil era vista como uma extensão da maternidade, e por este motivo, a mulher estaria qualificada a cuidar dos pequenos, pois como afirmava-se na época, a mulher possui, por natureza, uma inclinação para tratar com as crianças. Entretanto, como Beauvoir (1980) afirmou:

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher, [...] ser mulher não é um dado natural, mas, o resultado de uma história. Não há um destino biológico ou psicológico que defina a mulher como tal, foi a história quem a fez, primeiro, a história da civilização que resultou em seu status atual e, depois, para cada mulher em particular, foi a história de sua vida, em especial, de sua infância quem a determina como mulher e criou nela algo que não é um dado, uma essência, mas que cria nela o chamado “eterno feminino”, “feminilidade.” (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Nessa perspectiva, não há razão para afirmar que somente a mulher pode exercer a profissão de docente na educação infantil. Portanto, é preciso acabar com a naturalização da ideia de que a educação infantil está ligada à mulher, por ser algo inato a ela, pois, como reitera Beauvoir:

não só a mulher não nasce mulher, mas torna-se mulher, como também o homem, no decorrer de suas relações sociais e culturais, torna-se determinado homem, com características, preferências e formas de expressão próprias, podendo condizer ou não com as noções de masculinidade hegemônicas em sua comunidade. (BEAUVOIR, 1980)

Assim, é preciso findar o estereótipo equivocados de que a sexualidade do homem é incontrolável, tornando um possível abusador, uma vez que isso só reforça e contribui negativamente para com as desigualdades e preconceitos de gênero, pois, como proposto por Beauvoir (1980), o homem também não nasce homem, mas se constitui homem através de suas relações culturais, sociais e outras, assumindo assim suas características, expressões e/ou preferências, as quais, não necessariamente, condizem com as noções de masculinidade de sua comunidade e/ou época.

Nesse sentido, tanto a mulher quanto o homem podem exercer a função de educador, visto que a profissão não é relacionada a um “dom” natural, mas sim, referente à formação específica para atuar na área, pois como versa Paulo Freire (1996), “onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.” (FREIRE, 1996, p. 90)

Partindo deste pressuposto, há a necessidade em romper os estigmas e preconceitos existentes acerca da dicotomia homem/mulher. A sociedade naturalizou alguns comportamentos que são carregados de opressão e discriminação. Sendo assim, é preciso desconstruir e reconstruir a identidade masculina e, também a feminina, (re)significando seus conceitos, para libertar a sociedade de seus estereótipos. Nesse contexto, Alencar (2016), versa que:

[...] quebrar esse estigma cultural de gênero na atuação docente nas séries iniciais é desconsiderar os padrões impostos pela sociedade e vencer o preconceito. Desafios nesse âmbito são concretos e formam algumas das grandes barreiras que permeiam a atuação do professor homem nas séries iniciais em qualquer esfera social (ALENCAR, 2016, p. 177)

As relações divergentes existentes entre mulheres e homens ainda são latentes, contudo, as representações sociais referentes ao papel do homem e mulher tem sido repensadas e, aos poucos, alteradas. Evidente que estas mudanças não se consolidarão de forma definitiva de um momento para o outro, visto que esta concepção está arraigada culturalmente e historicamente, pois, como Ramos (2011) aponta:

Ainda que articuladas às mudanças sociais, as relações entre homens e mulheres são pautadas por valores e concepções culturais que se vinculam aos papéis sociais historicamente atribuídos ao masculino e ao feminino. É importante destacar que esses papéis se alteraram significativamente nos últimos tempos. (RAMOS, 2011, p. 101)

Sendo assim, nota-se que, apesar de ter se constituído como espaço feminino e, os profissionais ainda serem majoritariamente mulheres, a inserção da figura masculina na educação infantil se faz necessária e, apesar de pouca, ocorreram mudanças neste cenário, como salientou Ramos (2011). Houve mudanças significativas nos últimos tempos, portanto, temos que continuar trabalhando e lutando para que estas mudanças não parem, pois, independente do gênero, tanto homens quanto mulheres estão aptos a exercerem a docência, desde que sejam formados e habilitados.

## **4 METODOLOGIA**

O presente estudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual, o foco consiste nas singularidades dos sujeitos da pesquisa, possibilitando a inserção de questões de interpretação e, eliminando qualquer objetividade que possa interferir na relação pesquisador e sujeito da pesquisa.

Optou-se em sua natureza pela pesquisa aplicada, uma vez que, buscamos aqui, identificar e analisar problemas presentes no meio educacional, especificamente em uma instituição de educação infantil. Assim sendo, utilizou-se como procedimentos de pesquisa, o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica, e para obtenção das informações optou-se pela aplicação de questionários semiestruturados.

Associado ao estudo de caso, adotou-se como objetivo a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva, combinando as técnicas para coletar os dados necessários por meio de questionários, tendo como participantes da pesquisa alunos (as) do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, campus de Arraias, professoras que atuam na educação infantil do município de Arraias e também, pais/responsáveis por alunos/crianças matriculados na educação infantil.

### **4.1 Abordagem metodológica**

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, isto é, não é focada em dados numéricos, mas sim, na subjetividade do grupo focal, como salienta Goldenberg (1997, p. 34) que este modelo “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social” e isto possibilita ao pesquisador analisar as singularidades de cada indivíduo. Com esta abordagem, é possível identificar e conhecer desejos, motivos, comportamentos, ideias e/ou pensamentos, convicções, pretensões e outras características peculiares em cada sujeito pesquisado.

Este trabalho buscou identificar e analisar o motivo do baixo índice de homens que atuam na área da educação infantil, analisando também as relações de gênero que cercam este ambiente. Partindo do pressuposto de que, dentre os profissionais dessa área, majoritariamente são do gênero feminino.

## 4.2 Natureza da pesquisa

A pesquisa de natureza aplicada foi encarada como a mais adequada para este estudo, visto que utiliza-se conhecimentos previamente adquiridos tanto para a construção teórica, quanto para análise dos dados. Silveira e Córdova (2009, p.35) apontam que a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Assim, a pesquisa aplicada está associada à identificação de problemas presentes em atividades desenvolvidas em meio social, seja em organizações, instituições, entre outros, como na elaboração e desempenho de diagnósticos, levantamentos de dados e na busca de soluções para estes problemas. Portanto, por se tratar de identificação de problema e proposta de solução, adotou-se a pesquisa aplicada na construção do presente estudo.

## 4.3 Objetivos da pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, adotou-se por objetivo a pesquisa exploratória que, de acordo com Gil, objetiva-se por:

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 2007)

Desta maneira, com a pesquisa exploratória, buscou-se uma maior aproximação com o problema da pesquisa e do objeto de estudo. Contudo, fez-se necessário uso da pesquisa descritiva para descrever alguns fatos, e pensamentos acerca da realidade enfrentada pelos profissionais de educação infantil. Assim, Triviños argumenta que “A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”. (TRIVIÑOS, 1987).

#### 4.4 Procedimentos e técnicas

Foi adotado como procedimento para a pesquisa o estudo de caso. Assim sendo, Fonseca (2002) caracteriza o estudo de caso como:

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe (FONSECA, 2002, p. 33).

Nessa perspectiva, este procedimento de pesquisa, trata-se de um estudo em uma instituição de ensino, visando conhecer causa e motivos para compreensão da realidade que cerca a problemática.

Nesse sentido, é importante destacar também que, a pesquisa bibliográfica também foi adotada no processo de elaboração do presente trabalho, pois, como salienta Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Portanto, a pesquisa bibliográfica serviu de base para o desenvolvimento da escrita do referencial teórico e proporcionou um conhecimento prévio acerca do que seria encontrado no decorrer da pesquisa e no que diz respeito ao objeto de estudo.

Para a obtenção das informações, utilizou-se como técnica a aplicação de questionários contendo perguntas objetivas e abertas, com intuito de identificar as ideias e opiniões dos participantes. Assim, a pesquisa constituiu-se em três etapas, sendo a aplicação de três questionários distintos:

- a) na primeira etapa, ocorreu a aplicação do questionário aos acadêmicos de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Arraias;
- b) a segunda etapa, com a aplicação de questionário aos docentes que atuam na rede municipal de educação infantil;



- c) a terceira etapa da pesquisa teve como foco os pais e/ou responsáveis de alunos da educação infantil.

Todos os questionários partiam de elementos como divisão de gênero e atuação masculina na educação infantil. As perguntas foram elaboradas de forma que possibilitassem a identificação e o conhecimento acerca do perfil dos objetos da pesquisa, a fim de identificar pensamentos e opiniões relacionados à temática.

#### **4.5 Participantes da pesquisa**

Como já mencionado, participaram da pesquisa, por meio de aplicação de questionário semiestruturado, 13 (treze) acadêmicos do curso de Pedagogia da UFT/Arraias, 6 (seis) docentes da educação infantil e 4 (quatro) pais de alunos/crianças da rede municipal de ensino em Arraias/TO. Todos os questionários foram enviados via e-mail, no segundo semestre do ano de 2020.

Foi encaminhado aos participantes da pesquisa, juntamente com o questionário aplicado para coleta de dados, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ANEXO 1), um documento informativo sobre o que estava sendo estudado e para obtenção da ciência do sujeito entrevistado, assegurando-lhes que as informações pessoais da pesquisa seriam preservadas e seriam utilizadas apenas para produção de conhecimento, excluindo a possibilidade de fins comerciais, sem que houvesse a identificação dos participantes desta pesquisa na apresentação e discussão dos resultados.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como já mencionado, foram aplicados três questionários a públicos distintos e, neste tópico serão apresentados os resultados destes questionários, analisando-os e discutindo com alguns autores acerca das respostas. Nesta perspectiva, os primeiros dados a serem discutidos serão aqueles obtidos com o aplicado aos alunos do curso de Pedagogia, o qual, é composto por oito perguntas.

### **5.1 Questionário aplicado aos acadêmicos**

Visando identificar o perfil dos alunos participantes da pesquisa, as primeiras perguntas do questionário tinham por objetivo adquirir informações como idade, sexo, pretensão/intenção de área de atuação. Nesta perspectiva, identificou-se que, 07 participantes eram do sexo masculino e 06 do sexo feminino, com idades entre 21 e 26 anos.

Quando foram questionados sobre a escolha do curso, os alunos responderam em sua maioria que optaram pelo curso de Pedagogia devido às opções de curso ofertados na região, a diversidade de opções de emprego que o curso possibilita fora a sala de aula, pela nota de corte, contribuições do curso para a realização de concursos, influência familiar, o gosto por ensinar e identificação com o curso, dentre outros motivos.

Os alunos participantes, ao serem questionados sobre a atuação na área infantil, 07 responderam que desejam/preendem atuar na educação infantil, 06 responderam não. Destes que responderam que desejam atuar na educação infantil, dois são homens, portanto, cinco são mulheres, isto de um universo de seis mulheres.

Quando questionados se percebem/perceberam distinção relacionadas às questões de gênero na e/ou pela Instituição de Ensino Superior, 03 disseram que “SIM”, enquanto os outros 10 disseram “NÃO” haver esta distinção por parte da Instituição de Ensino Superior.

Todos os 13 alunos responderam que existe preconceito em relação ao homem atuar na educação infantil. Na oportunidade, 07 disseram que já se sentiram limitados ao realizar alguma atividade com crianças, reiterando as ideias de que existe preconceito sobre a atuação do homem na educação infantil. Mas esse preconceito não está presente somente dentro da instituição de educação infantil, pois, como os alunos

responderam, 07 sentiram alguma forma de preconceito ao ingressar no curso de Pedagogia, antes mesmo de irem à alguma instituição de educação infantil, e este preconceito ocorreu, em sua maioria, com os acadêmicos do sexo masculino, os quais, totalizaram 06 destes alunos.

Como percebido, muitos alunos sofrem preconceito ao ingressar no curso de Pedagogia, e isto se deve à desvalorização da profissão e de seus profissionais, e em decorrência do estereótipo que se tem para com a figura masculina, no qual o homem é visto como um ser incapaz de demonstrar afeto e, como aponta Almeida (1998), muitos homens sentem receio ao demonstrar afeto, carinho e/ou sensibilidade, pois, no imaginário da sociedade, estas são características femininas, e devido a isso, passam a julgar a sexualidade do aluno, uma vez que, estas características associadas ao homem, despertando pulsão a homossexualidade.

Dos alunos que apontaram sofrer algum tipo de preconceito ao ingressar no curso de pedagogia e/ou os que afirmaram sentir-se limitados ao desenvolver alguma atividade com crianças, foram em sua maioria homens, poucos participantes do sexo feminino responderam sofrer este tipo de preconceito, evidenciando assim, o estereótipo que se tem para com a educação infantil, como Campos et. al. (1991) versa:

É como se a maternidade efetiva ou potencial de qualquer mulher impedisse, ou bloqueasse, a erotização de suas interações com a criança. As imagens de inocência e pureza ligadas à maternidade não parecem extensivas à paternidade. Quando homens se dedicam ao trabalho educativo com crianças pequenas passam a ser suspeitos tanto sobre sua identidade masculina, quanto sobre sua moralidade. (CAMPOS et al., 1991, p. 55)

Desta maneira, enquanto a figura feminina é vista como pura e protetora devido a maternidade, encontra-se a sexualidade masculina, como aponta Cruz (1998), vista e/ou encarada pela sociedade como incontrolável. Assim como versa Louro (2000), a feminilidade é percebida como algo natural, o contrário da masculinidade, que é “compreendida como algo menos certo” (LOURO, 2000, p.54). A autora reitera que,

A vigilância para garantir a masculinidade dos meninos é então exercida mais intensamente desde os primeiros anos de vida, pela família e pela escola. Diante de qualquer comportamento ou sinal que possa representar um atravessamento das fronteiras sexuais ou das fronteiras de gênero (construídas dentro dos moldes hegemônicos) providenciam-se "encaminhamentos" de ordem médica ou psicológica. (LOURO, 2000, p. 54)

Assim, destaca-se que ainda existe um preconceito muito latente no que diz respeito à profissão do pedagogo, isso em decorrência do padrão pré-estipulado pela sociedade, que se constituiu pautada na noção de masculinidade e dominação masculina, pois, como salienta Bourdieu (2002):

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, a sua virilidade [...]. A *virilidade*, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão para o combate e para o exercício da violência [...], é acima de tudo, uma *carga*. [...] o homem *verdadeiramente homem* é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. (BOURDIEU, 2002, p. 64, grifos do autor)

Nesse sentido, as informações apresentadas acima revelam a importância em se romper os estigmas e estereótipos acerca do perfil estabelecido para atuar na docência infantil, visto que as desinformações que cercam o senso comum são significativas. Contudo, sabe-se que este processo será lento e gradativo, uma vez que, os padrões sociais estabelecidos ao feminino e ao masculino estão arraigados e presentes na cultura atual.

Dessa forma, é preciso vislumbrar um novo processo educacional, ressignificar o pensamento, para findar estas lacunas e/ou rupturas que estão presentes na cultura escolar, projetar um novo modelo para a educação, pois, como versa Gadotti (1994):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p.579)

Portanto, é preciso não só desconstruir, mas, reconstruir a noção e pensamento de educação, acabando com esta ideia hegemônica e ultrapassada, visando um novo futuro, rompendo com o todo este preconceito e estereótipos.

## 5.2 Questionário aplicado aos professores

O questionário a ser discutido agora, é o que foi aplicado aos professores da educação infantil da rede municipal, o qual, é constituído por cinco questões e foi

aplicado para identificar o conceito que os próprios profissionais da educação definem como o ideal para o trabalho docente. Para isto, foram elaboradas perguntas tanto objetivas quanto subjetivas.

Ao serem questionadas sobre a docência infantil, 04 professoras acreditam que a mulher tem mais aptidão para atuar na educação infantil, enquanto as outras 02 participantes não enxergam esta capacidade relacionada ao sexo/gênero.

Ao serem questionadas acerca da pouca quantidade de profissionais homens atuando na educação infantil no município, as respostas foram variadas:

- a) acreditam que os homens não simpatizam ou se interessam pela educação infantil;
- b) porque as crianças pequenas precisam de afeto e isto está mais condicionado a mulher;
- c) medo do preconceito tanto por parte dos pais, quanto da gestão escolar;
- d) a preferência do homem por atuar com alunos com faixa etária maior;
- e) o preconceito machista de que só as mulheres podem cuidar dos filhos e conseqüentemente, das crianças.

Quando questionadas a respeito do preconceito com a figura masculina na sala de aula da educação infantil, 02 responderam que não há e 04 afirmam e percebem a existência do preconceito.

Assim, ao serem questionadas sobre o papel da escola para enfrentar este preconceito, responderam que as escolas poderiam contribuir:

- a) realizando palestras de conscientização com a comunidade;
- b) realizar contrato ou proporcionar mais concursos;
- c) incentivar que homens procurem exercer a função;
- d) dar mais oportunidade aos homens que fazem parte dos programas ofertados pela Universidade (PIBID e Residência Pedagógica).

E reafirmando o que foi apontado acima, sobre a falta de atuação masculina na educação infantil, foi questionado aos profissionais se possuem lembrança de algum homem que tenha atuado na instituição, e 02 responderam que não e 04 responderam que sim. Assim, constituiu-se recentemente no ano de 2019, demonstrando que essa atuação não se efetivou por um longo período.

Para as professoras que atuam na educação infantil, o preconceito com o homem também é visível. A desvalorização da docência ocorre em decorrência de questões históricas e este é um dos fatores que contribuem para o afastamento do

homem da sala de aula, em especial, da educação infantil que, além da desvalorização e dos baixos salários, carrega uma ampla gama de estigmas e preconceitos consigo.

Diante isto, os profissionais docentes que atuam na educação infantil precisam, assim como dito por Freire (1993), lutar e defender seus direitos profissionais. Faz-se necessário desmistificar essa concepção de extensão doméstica e assumir (no sentido de mostrar) a concepção profissional, que não seja e/ou esteja intimamente ligada a gênero, mas a capacitação e profissionalismo.

A saber, a escola é uma instituição social, e se uma sociedade não é composta apenas por mulheres, as instituições de ensino infantil poderiam propiciar também este contato com a figura masculina. Todavia, percebe-se que as práticas escolares acabam classificando “os sujeitos a partir das noções pré-concebidas” (SOUSA, 2011, p. 50), ocasionando o que Bourdieu apontou como reprodução e legitimação das desigualdades, com isso, como reitera Sousa (2011, p. 50) “a escola perde a oportunidade de assumir compromissos éticos e de novas aprendizagens que contribuam com relações baseadas na justiça social e no respeito aos direitos humanos”.

Nessa perspectiva, a escola não deve se constituir como um ambiente de dominação, seja por mulheres ou por homens, e sim, ser um espaço de e para a construção e relação humanitária.

### **5.3 Questionário aplicado aos pais e/ou responsáveis**

Por fim, foi aplicado um questionário a alguns pais que possuem crianças matriculadas na educação infantil na rede municipal, questionário este constituído por apenas três perguntas, o qual foi aplicado para identificar se há a presença de preconceitos e estereótipos na sociedade atual.

Nessa perspectiva, foi perguntado aos pais participantes, quem possui mais aptidão para atuar na docência infantil, e 03 deles acreditam que a mulher tem mais capacidade para atuar nesta área, enquanto nenhum disse que o homem e 01 acredita que ambos, apresentando como justificativa:

a) a necessidade de cuidados e afeto, aspectos estes ligados a mãe pela maternidade;

b) a facilidade que a mulher tem em demonstrar afeto e carinho, essenciais para o trabalho com a educação infantil.

Em seguida, foram questionados se haveria problema em um homem ser professor de seus filhos na educação infantil, todos os 04 disseram que NÃO e não informaram justificativa.

E ao questionados sobre o que e/ou como percebiam a não atuação de homens na educação infantil, apontaram:

- a) a desigualdade de gênero e o preconceito para com o homem;
- b) a preferência dos homens por alunos mais independentes;
- c) a falta de interesse por parte dos homens para a atuação na docência infantil;
- d) o homem não se sentir confortável com as atividades desenvolvidas na educação infantil e a questão salarial, na qual os homens buscam profissões mais remuneradas.

Os dados e informações apresentadas acima demonstram o preconceito estabelecido em relação a atuação docente masculina, em sua maioria por parte da sociedade, mas também por parte da instituição. E muito desse preconceito, é velado, uma vez que a sociedade nos inscreve desde cedo seus valores, pensamentos e prioridades, pois, como versa Drumontt (1980, p.81) “desde criança, o menino e a menina entram em determinadas relações, que independem de suas vontades, e que formam suas consciências”.

Como pode ser identificado nas respostas dos questionários, tanto para os pais quanto para a maioria dos professores, as mulheres têm mais aptidão/facilidade para a docência infantil, e isto pode ser explicado pela visão social que a sociedade possui sobre a educação infantil, pois, como versa Carvalho (1998), a profissão ainda é vista como uma extensão do trabalho doméstico, estando intrinsecamente relacionada à maternidade, na qual:

Predomina uma visão maternal e feminina na docência no curso primário, colocando em relevo os aspectos formadores, relacionais, psicológicos, intuitivos e emocionais da profissão, frente aqueles aspectos socialmente identificados com a masculinidade, tais como a racionalidade, a impessoalidade, o profissionalismo, a técnica e o conhecimento científico. (CARVALHO, 1998, p.5)

Quando os pais e responsáveis foram questionados se seria/haveria algum problema os filhos serem alunos de um professor homem, apesar de responderem não, três dos participantes, relatam ter receio, evidenciando assim, que muitos pais têm acesso apenas às concepções do senso comum, que mantém e legitimam as

desigualdades e preconceitos, pois, como destaca Cruz (1998), a concepção que se têm para com a sexualidade masculina é de algo incontrollável. Assim, os estigmas e receios dos familiares para com a figura masculina na docência infantil estão relacionados ao estereótipo do cuidado e do afeto, como aponta Sayão (2005):

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. (...) os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (SAYÃO, 2005, p. 16).

Nessa perspectiva, o medo da maioria dos pais e/ou responsáveis decorre do processo histórico, social e cultural que cerca o conceito de homem e/ou masculinidade, pois, como aponta Sousa (2011) “conjuntos de fatores sociais acabam por trazer ideias negativas de que todo homem que gosta de criança é pedófilo, ou que homem não chora, não cuida, não se emociona, não são sensíveis porque estas são características de mulher” (SOUSA, 2011, p. 36).

Sendo assim, devido ao cuidado e ao carinho estarem intimamente relacionados às características femininas, o ambiente escolar infantil acaba por excluir o homem de seu meio. Contudo, sabe-se que esta ideia de amor materno ser algo inato a mulher é um mito, como afirma Badinter (1993), pois, os homens exercem a função materna tão bem quanto a mulher.

Nesse sentido, como descreve Sousa (2011), a violência/preconceito de gênero não atinge apenas as mulheres, o homem também é vítima deste sistema determinado pela cultura machista e patriarcal. O autor ainda reitera que “é necessário promover a mudança de uma cultura de violência para uma cultura de paz, desconstruindo e reconstruindo vivências a respeito da masculinidade tanto nas organizações educativas como em outros espaços” (SOUSA, 2011, p. 37).



## 6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho originou-se a partir da percepção de dificuldades e preconceitos enfrentados, especialmente pelos homens, ao ingressarem nos cursos de licenciatura em pedagogia, e buscou discutir sobre o perfil que foi estabelecido para atuação na educação infantil, refletindo sobre os preconceitos, paradigmas e estereótipos que cercam esta profissão e seus profissionais.

Pautado na perspectiva do gênero e da sexualidade, e na forma que os profissionais docentes do sexo masculino se relacionam com o campo de atuação na educação infantil, esta pesquisa indagou em sua problemática, quais os possíveis motivos para o baixo quantitativo de professores homens atuando na educação infantil?

Identificou-se que a educação infantil (creches e pré-escolas), desde seu surgimento, datado e descrito por alguns autores durante a Revolução Industrial, apresentou função e organização com caráter assistencialista, sem possuir base pedagógica voltada às crianças atendidas, adotando a figura feminina como responsável para estes cuidados, em vista de ideias e pensamentos sociais e culturais da época.

Através da pesquisa, foi possível compreender o processo de criação e instauração do sistema educacional infantil brasileiro, desde sua criação e suas alterações até o modelo que usufruímos nos dias atuais. O que possibilitou identificar que, no imaginário social, o cuidado e o carinho estão dissociados da imagem masculina e que a figura feminina possui estas capacidades inatas devido ao “dom” da maternidade, e este fator contribuiu significativamente para que a educação infantil se configurasse historicamente como ambiente feminino.

Constatou-se a existência de um estranhamento para com o homem na docência infantil, estranhamento este, tanto por parte de alguns pais, quanto de profissionais das instituições de ensino infantil. Todavia, o universo infantil precisa das compreensões e vivências do profissional homem, das contribuições e construções deste profissional, propiciando a constituição de um ambiente pautado e responsável por relações humanitárias e não determinadas por gênero.

Os dados da pesquisa evidenciaram uma resistência para com a aceitação e inserção da figura masculina na docência infantil, e uma naturalização da figura feminina como atuante para esta área, decorrente da historicidade social, cultural e educacional. Nessa perspectiva, compreende-se que as restrições sociais e a resistência frente a aceitação de grande parcela dos homens na docência infantil, estão intimamente

ligadas as relações de gênero impostas pela sociedade, que limitou e limita profissões como sendo especificamente feminina ou masculina.

Compreende-se que a educação infantil é um campo cercado por desinformação e preconceitos, a profissão docente em si, é desvalorizada e marginalizada. E esta marginalização é ainda mais acirrada no que se diz respeito ao homem, uma vez que, eles são vistos como invasores no campo de atuação dito feminino.

Vivemos infelizmente, em uma sociedade machista e patriarcal, que ainda divide e determina pensamentos e comportamentos a serem realizados pelos indivíduos, divisão essa, que é pautada nas concepções de gênero que se desenvolvem de forma equivocada. Dessa forma, percebe-se que essa forte relutância a homens atuarem na educação infantil é ainda, reflexo das disparidades de gênero e por esta razão, faz-se necessário romper esses estigmas e estereótipos, para findar esta prerrogativa do gênero/sexualidade.

No que diz respeito a educação infantil, percebe-se que é um campo cercado de preconceito por todos os lados, uma vez que, grande parte da sociedade desconhece a realidade do trabalho do pedagogo, deduzindo que o mesmo, é responsável apenas pelos cuidados da criança, restringindo-o as atividades de babá, considerando-o como uma extensão da maternidade, do trabalho doméstico, ou como Paulo Freire (1993) destacou, os cuidados de um familiar, uma “tia”.

Nesse sentido, ficou visível como a presença do homem, como professor, na instituição de educação infantil gera estranhamento tanto para os pais, como para os profissionais que já atuam na área. Contudo, sabe-se que a educação infantil é ambiente para o profissional e não para a mulher ou para o homem, ou qualquer distinção de gênero, e apesar do histórico que cerca a instituição e seus profissionais.

É conveniente desmistificar estes estigmas e permitir que este profissional fale por si mesmo através de suas ações, e não ser representado pelas mazelas históricas e/ou culturais que o cerca, visto que, as constituições históricas não podem definir e ditar o que é certo ou errado, é preciso adotar uma nova perspectiva para superar estas mazelas históricas que atualmente caracterizam a educação infantil, romper com as barreiras estigmatizantes e desmitificar a falsa dicotomia do homem contra mulher.

Portanto, espera-se não concluir e/ou findar esta discussão, haja vista que o processo educacional foi e é constituído por mudanças, mas sim que emerjam novas abordagens e discussões acerca da temática, propiciando as devidas alterações no contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. P. A.; VIEIRA, A. M. E. C. S. **O professor homem na educação infantil**: refletindo sobre gênero. Mossoró: Revista Includere, v. 2, n. 1, 2016, p. 177-181.
- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.
- AQUINO, L.M.M.L.L. **Professor de educação infantil**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *DICIONÁRIO*: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/verbetes/professor-de-educacao-infantil/>> Acesso em: 15 jan. 2021
- ARCE, Alessandra. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, n. 113,2011, p. 167-184.
- BADINTER, Elizabeth. **XY**: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 499
- BONICCI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista**: conceitos e tendências. Maringá, PR: Eduem, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**/ Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.
- BUJES. Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinaria**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 286.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. / Judith Butler; tradução Renato A Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 236.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988.

CAMPOS, Maria M.; GROSBaum, Marta; PAHIM, Regina; ROSEMBERG, Fúlvia. **Profissionais de creche**. Cadernos do Cedes, n. 9, p. 39-66, 1991.

CARVALHO, Marília. **Gênero e política educacional em tempo de incerteza**. In: HYPOLITO, Álvaro; GANDIN, Luiz. (orgs). Educação em tempos de incertezas: Belo Horizonte: Autentica, 1998.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUCÍLIA. Prefeitura de Arraias. **Projeto Político Pedagógico**. Arraias/TO, 2020. 35p.

CRESPI, L.; NÓBILE, M. F. **Trajetória histórica do curso de graduação em Pedagogia**: principais documentos legais e contexto atual da oferta no Brasil. Porto Alegre: UFRGS. 2018, 319-335p.

CRUZ, Elizabete Franco. **"Quem leva o nenê e a bolsa?"**: o masculino na creche. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, B. (Org.). *Homens e masculinidades*: outras palavras. São Paulo: Ecos, Editora 34, 1998. p. 235-255.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DRUMONTT, Mary Pimentel. **Elementos Para Uma Análise do Machismo**. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil**. Campinas: Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas - UNICAMP, v.14, n.3 (42), 2003, p.109-101.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. 1. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 134.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Anais. Brasília, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª ed. 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997. 57p.

KRAMER, Sônia. **A Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN JR. Moyses. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE. M. D.; PINSK. B. C. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 441-481.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958, p. 306.

MICARELLO, Hilda. **Formação de professores da educação infantil: puxando os fios da história**. In. ROCHA, E. A. C.; KRAMER, S. (Orgs). **Educação Infantil: enfoques e diálogos**. Campinas, SP: Papyrus, 2011, p.432.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na Rede Municipal de Belo Horizonte – MG**. 2011. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-M.G.), Minas Gerais, 2011. Disponível em:<[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_RamosJ\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_RamosJ_1.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RIBEIRO, M. L.L.; MIRANDA, M. L. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia: análise histórica e política**. Uberlândia: Pedagogia – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2013. 16p. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/2984149-Diretrizes-curriculares-nacionais-para-o-curso-de-pedagogia-analise-historica-e-politica.html>>. Acesso em: 29 de mar. 2020.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 37ed. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo, SP: Moderna, 1987. 134p.

SAVIANI, Dermival. **História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 1-29.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil:** um estudo de professores em creches. 2005. 273 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Ciências da Educação (CED), Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106572/223081.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 de mar. 2020

SOUSA, Fernando Santos. **Gênero e trabalho pedagógico:** o prisma do pedagogo homem nos anos de início da escolarização. Brasília, DF: UnB. 2011, p. 84.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 176p.

**APÊNDICES****Apêndice A - Questionário para acadêmicos e acadêmicas – Pedagogia  
UFT/Arraias – TO**

1 – Sexo?

Masculino       Feminino

2 – Idade? \_\_\_\_\_

3 – Por que o curso de pedagogia?

---

---

---

---

4 – Pensa em exercer a docência na educação infantil?

Sim       Não

5 – A Instituição de Ensino Superior faz distinção de gênero ao preparar os alunos para a docência?

Sim       Não

6 – Acredita que existe preconceito em relação ao homem na educação infantil?

Sim       Não

7 – Sentiu alguma limitação ao realizar atividades com crianças durante os estágios supervisionados?

Sim       Não

8 – Sentiu algum preconceito ao ingressar no curso de pedagogia?

Sim       Não

**Apêndice B - Questionário para professores**

1 – Acredita que mulheres têm mais aptidão/facilidade para trabalhar na educação infantil?

Sim       Não

2 – Por que há poucos homens atuando na educação infantil?

---

---

---

---

3 – Acredita que existe preconceito em relação ao homem na educação infantil?

Sim       Não

4 – Tem lembrança de algum homem atuando na educação infantil em Arraias – TO?

Sim       Não

Se sim, quando? \_\_\_\_\_

5 – A escola poderia contribuir para acabar com esse déficit (falta de homens atuando na docência)? O que, por exemplo?

---

---

---

---



**Apêndice C - Questionário para os pais/responsáveis**

1 – Quem tem mais aptidão/capacidade para atuar na educação infantil?

Mulheres       Homens       Ambos

Justifique-se:

---

---

---

---

---

2 – Teria problema em um homem ser professor de seu/sua filho (a)?

Sim       Não

Por que?

---

---

---

---

3 – Qual a sua percepção sobre a não atuação de professores homens na educação infantil?

---

---

---

---

## ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DOUTOR  
SÉRGIO JACINTHO LEONOR  
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu Rafael Rodrigues Barbosa, aluno do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins/Campus Arraias, matrícula nº. 2017214681 sob a orientação do Prof. Esp. Hugo Junio Ferreira de Sousa. Estou realizando uma pesquisa sobre o título “**A ATUAÇÃO DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO**”. Desta forma, a pesquisa teve como objetivo discutir sobre o perfil que foi estabelecido para atuação na educação infantil, refletindo sobre os preconceitos, paradigmas e estereótipos que cercam esta profissão e seus profissionais. Para isso, gostaria de seu consentimento de participação nessa entrevista. Esclareço que, as informações pessoais da pesquisa serão preservadas e serão utilizadas apenas para produção de conhecimento, excluindo a possibilidade de fins comerciais. Qualquer dúvida em relação ao estudo você poderá contatar o professor orientador por meio do e-mail (hugosousa@uft.edu.br). A sua participação é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa. Desde já, agradeço sua inestimável contribuição.

Aceito colaborar desta pesquisa e consinto a divulgação de minhas respostas para análise e discussão dos resultados obtidos.

**Assinaturas dos colaboradores:**

\_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;  
 \_\_\_\_\_;

Arraias - TO, março de 2021.